



Fundação Ferreira Freire

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

www.fffreire.pt / email: geral@fffreire.pt

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2017

Registo n.º 30/85, na Direção Geral da Segurança Social – D.R. n.º 82, III Série, de 07/04/92 / NIPC 500848653
Tele(f) (m) 239 961242 / 917628907 / Fax. 239 964372- Largo Ferreira Freire, nº 1- 3060-522 Portunhos



EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos estatutos da Instituição, o Conselho de Administração submete ao parecer do Conselho Fiscal, o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2017.

Valências de Lar de Idosos, ERPI II, Apoio Domiciliário e Centro de Dia

Durante o exercício de 2017, todas as valências referidas, se mantiveram em actividade total. No Lar de Idosos, foram admitidos 19 utentes, sendo 5 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. As saídas foram de 21, correspondentes a 6 masculinos e 15 femininos.

Em 31 de Dezembro de 2017, a valência era frequentada por 93 utentes, sendo 23 homens e 70 mulheres. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 87 utentes.

A média de idades dos 93 utentes em de 31 de Dezembro de 2017, era de 85 anos, de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 69 anos	5 utentes
De >70 <79 anos	15 utentes
De >80 <89 anos	46 utentes
> 90 anos	27 utentes

O Apoio Domiciliário, no começo do exercício em análise, era frequentado por 8 utentes sendo em Dezembro a assistência prestada a 11, com 4 masculinos e 7 femininos. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 15 utentes.

A média de idades dos 11 utentes em de 31 de Dezembro de 2017, era de 84 anos, tendo o mais novo 79 e o mais idoso 90.

A valência de Centro de Dia, no começo do exercício em análise, era frequentada por 12 utentes sendo em Dezembro a assistência prestada a 14, sendo 6 masculinos e 8 femininos. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 8 utentes.

A média de idades dos 14 utentes em de 31 de Dezembro de 2017 era de 83 anos, de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 79 anos	4 utentes
De >80 <89 anos	9 utentes
> 90 anos	1 utentes

A ERPI II em Janeiro de 2017 contava com 14 utentes, e em 31 de Dezembro era frequentada por 15, sendo 14 femininos e 1 masculino. A média de idades era de 84 anos de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 79 anos	3 utentes
De 80 > 89 anos	9 utentes
> 90 anos	3 utentes

Durante o ano de 2017, foram confeccionados e fornecidos pela cozinha da Instituição, 43.949 pequenos-almoços, 67.087 almoços, 65.009 lanches, 46.283 jantares, 38.695 suplementos noturnos, num total de 261.026 refeições.

Acções de formação para funcionários

Na continuidade da determinação do Conselho de Administração, na manutenção, preservação e desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados a todos os utentes da Instituição, não só em termos das condições proporcionadas pelas instalações existentes, como também pelo grau de capacidade, dedicação e profissionalismo dos seus funcionários, durante o ano de 2017 e a exemplo do que tem vindo a suceder nos anos anteriores, foram promovidas várias acções de formação: cuidados de higiene à pessoa idosa; segurança e higiene no trabalho; agente de geriatria, posicionamentos e medidas de autoproteção entre outras.

Recursos Humanos

Durante o exercício de 2017, foram admitidas 2 ajudantes de ação direta, 1 capataz agrícola e 4 trabalhadoras auxiliares, tendo deixado a instituição 6 ajudantes de ação direta, 2 enfermeiros e 2 trabalhadoras auxiliares. Em 31 de Dezembro, o quadro de pessoal da Instituição contemplava 81 trabalhadores, acrescendo ainda em regime de prestação de serviços 2 médicos e 1 advogado, além de 1 Contrato Emprego Inserção através do IEFP.

A preocupação manifestada nos relatórios dos exercícios anteriores, respeitante à relação entre o valor dos gastos com o pessoal (1.173.739,94 €) e as comparticipações da Segurança Social (838.378,83 €), voltou a acentuar-se neste exercício, sendo aqueles superiores em 1,4 ao das referidas comparticipações. No exercício anterior essa relação foi de cerca de 1,36 e em 2015 de 1,27, verificando-se assim um aumento do desequilíbrio de ano para ano, facto que se está a refletir nas contas anuais da instituição.

Receitas Próprias – Mensalidades dos utentes e outras

As prestações de serviços consignadas nas mensalidades recebidas dos utentes, comparativamente ao exercício anterior, tiveram um aumento de 6,5% (€ 923.662,11 / € 867.053,25).

Estando a fixação do valor das mensalidades definida e orientada pela entidade tutelar, a verdade é que tal prática se reveste de manifesta insuficiência para a manutenção do grau de qualidade dos serviços prestados que importa salvaguardar e manter.

Assim sendo, o Conselho de Administração tem procurado, de modo justo e equilibrado, fixar as mensalidades dos utentes admitidos, utilizando o valor de referência indicado no protocolo firmado entre a CNIS e a Segurança Social, valor este que serve de base aos cálculos para o apuramento das mensalidades dos utentes a admitir. Sendo certo que sempre haverá situações pontuais, que merecerão tratamento diferenciado, a base será o valor referência do protocolo referido.

Investimentos

No decurso do exercício de 2017, foi investida a quantia de € 26.711,24 de harmonia com as verbas inscritas no quadro seguinte:

RUBRICAS	2017	2016
Terrenos e rec. naturais		
Edifícios e outras const.		152.093,94
Equipamento básico	15.605,61	26.913,14
Equipamento de transporte		40.467,00
Equipamento administrat.	1.137,77	4.538,94
Outros act. fixos tangíveis	9.346,22	5.826,81
Programas de computador	621,64	
Investimentos em curso		
Total	26.711.24	229.839.83

Análise da situação económica e financeira

Análise da situação económica

O resultado líquido do exercício cifrou-se num valor negativo de 6.037,85 €, melhorando relativamente ao do ano anterior que apresentou um resultado também negativo de 16.093,24 €. Durante o ano foram reavaliados os ativos biológicos de consumo (árvores para abate), tendo um obtido uma valorização de 25.000,00 €.

Com vista à obtenção de maior disponibilidade de tesouraria, efetuou-se em Maio de 2017, na CCAM, um empréstimo de 150.000,00 € com um prazo de 36 meses, tendo-se com esse valor

liquidado o empréstimo de curto prazo realizado em Novembro de 2016 no valor de 70.000,00 €, mantendo-se o empréstimo de 300.000,00. As mensalidades dos 2 empréstimos têm sido pagas regularmente, sendo em 31 de dezembro o valor em dívida de 288.693,61.

Rendimentos

RUBRICAS	2017	2016
Vendas		
Prestação de serviços	923.662,11	867.349,56
Subsídios à exploração	838.378,83	822.287,66
Outros rendimentos e ganhos	159.437,17	120.588,91
Juros, dividendos e outros		
Total	1.921.478,11	1.810.226,13

Gastos

RUBRICAS	2017	2016
CMVMC	263.276,67	108.009,15
Fornecimentos e serviços externos	360.530,18	489.834,08
Gastos com o pessoal	1.173.739,94	1.102.226,41
Amortizações e ajustamentos	117.062,65	115.236,88
Provisões		
Outros gastos e perdas	3.152,30	1.422,48
Juros e gastos similares suportados	9.754,22	9.590,37
Total	1.927.515,96	1.826.319,37

Análise da situação financeira

Analisado o Balanço, e face ao ano de 2016, constata-se um aumento dos gastos operacionais, principalmente dos gastos com recursos humanos. O aumento/redução do CMVMV/FSE ficou a dever-se ao facto de as refeições, que estavam em regime de subcontratação passarem a ser elaboradas desde Março pela instituição. Em termos globais, o aumento das mensalidades e dos subsídios recebidos, foi insuficiente para colmatar o aumento dos gastos, conforme se comprova pela diminuição dos indicadores anuais, com exceção do VAB, cujo crescimento se deve ao aumento dos gastos com pessoal.

INDICADORES	2017	2016
Liquidez geral	0,57	0,38
Liquidez reduzida	0,35	0,28
Autonomia financeira	0,78	0,77
Rentabilidade do activo	-0,2%	-0,57%
VAB	1.284.765€	1.201.370€

Factos Relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a Instituição, suscetível de registo neste relatório.

Nota Final

O Conselho de Administração deseja expressar o seu melhor reconhecimento ao Centro Distrital de Coimbra do Instituto de Segurança Social, IP, pela maneira colaborante com

Fundação Ferreira Freire – Relatório 2017

que privilegiou a Instituição, tornando mais acessíveis os contactos que foram sendo solicitados, de modo a simplificar e promover maior celeridade na resolução dos diferentes e importantes assuntos que foram surgindo.

À Câmara Municipal pelo apoio prestado e disponibilidade sempre presente para a resolução de todas as questões, quer com as obras para a nova estrutura, quer com as valências já existentes.

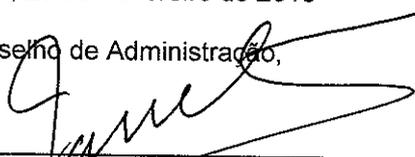
Ao Conselho Fiscal, manifesta-se o reconhecimento do Conselho de Administração, pela forma interessada e pela colaboração com que tem seguido a actividade da Instituição.

À Direcção Executiva, para que continue a desenvolver um trabalho que permita manter e reforçar a qualidade dos serviços desenvolvidos e, com isso, o reconhecimento da Fundação junto de todos como prestadora de serviços de excelência.

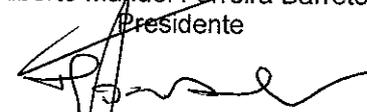
Aos trabalhadores e colaboradores que contribuíram, com o seu profissionalismo e grande dedicação, para o desempenho da Instituição em área tão sensível como a de prestação de serviços a pessoas idosas, o que tem merecido diversas referências elogiosas provenientes de utentes e seus familiares, o Conselho de Administração deseja expressar o seu melhor agradecimento.

Portunhos, 28 de Fevereiro de 2018

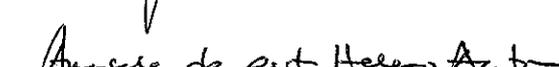
O Conselho de Administração,



Alberto Manuel Ferreira Barreto
Presidente



João Pedro Lopes da Silva
Vice-Presidente



Anabela da Costa Heleno Agostinho
Vice-Presidente

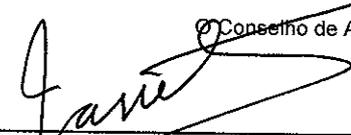
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

EXERCÍCIO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		923.662,11	867.349,56
Subsídios, doações e legados à exploração	10	838.378,83	822.287,66
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-263.276,67	-108.009,15
Fornecimentos e serviços externos		-360.530,18	-489.834,08
Gastos com o pessoal	12	-1.173.739,94	-1.102.226,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	14	25.000,00	
Outros rendimentos e ganhos		134.437,17	120.588,91
Outros gastos e perdas		-3.152,30	-1.422,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		120.779,02	108.734,01
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-117.062,65	-115.236,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiam,ento e impostos)		3.716,37	-6.502,87
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6	-9.754,22	-9.590,37
Resultado antes de impostos		-6.037,85	-16.093,24
Imposto sobre o rendimento do exercicio			
Resultado liquido do periodo		-6.037,85	-16.093,24

Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



 Assessor de Costa Helena Aguiar

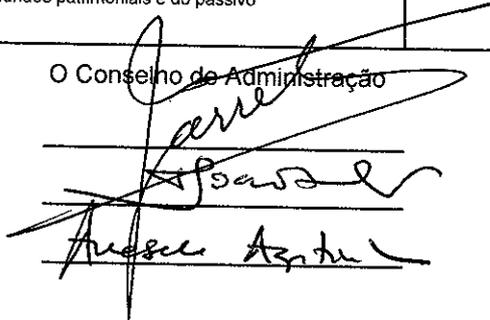


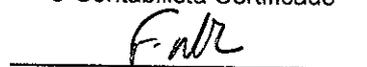
Fundação Ferreira Freire
Balço em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3,4	2.770.692,24	2.860.838,03
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	3,5	1.165,94	1.371,56
Investimentos financeiros	3	8.742,60	7.131,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
		2.780.600,78	2.869.340,78
Activo corrente			
Inventários	3,7,14	76.181,12	47.953,30
Créditos a receber	3	31.377,44	55.125,94
Estado e outros entes públicos		10.523,25	28.026,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Outras contas a receber			6.486,42
Diferimentos		7.615,44	8.322,95
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3,11	78.002,15	33.887,26
		203.699,40	179.802,13
Total do activo		2.984.300,18	3.049.142,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1.847.459,55	1.847.459,55
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		246.201,81	265.650,15
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	245.889,49	251.111,46
		2.339.550,85	2.364.221,16
Resultado líquido do período		-6.037,85	-16.093,24
Total dos fundos patrimoniais		2.333.513,00	2.348.127,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	4.087,85	14.040,96
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	3,6,11	288.693,61	215.839,04
Outras contas a pagar			
		292.781,46	229.880,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3,11	59.396,95	50.359,47
Estado e outros entes públicos		51.208,19	46.053,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Financiamentos obtidos	3,6,11		70.000,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes		247.400,58	304.722,52
		358.005,72	471.134,99
Total do passivo		650.787,18	701.014,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.984.300,18	3.049.142,91

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado





Demonstração de Fluxos de Caixa

Designação	2017	2016
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	999.258,83	951.279,54
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	-659.884,22	-679.828,55
Pagamentos ao pessoal	-690.377,06	-623.010,70
Caixa gerada pelas operações	-351.002,45	-351.559,71
Pagamento/receb. Imposto s/ rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	440.817,04	487.082,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	89.814,59	135.522,97
Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-59.557,94	-213.304,64
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros	757,89	
Outros activos		
Subsídios ao investimento	20.000,00	
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de invest. (2)	-38.800,05	-213.304,64
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	150.000,00	70.000,00
Realização de fundos		
Cobertura de prejuizos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-147.145,43	-46.777,96
Juros e gastos similares	-9.754,22	-9.590,37
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-6.899,65	13.631,67
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	44.114,89	-64.150,00
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	33.887,26	98.037,26
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	78.002,15	33.887,26
	44.114,89	-64.150,00
	0,00	0,00

ANEXO - 2017

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação: Fundação Ferreira Freire

1.2– Sede: Largo Ferreira Freire, 1 – 3060-522 Portunhos

1.3 – Natureza da actividade: A Fundação Ferreira Freire é uma IPSS, criada por despacho do Ministro da Saúde e Assistência em 26 de Março de 1962, com publicação no Diário do Governo n.º 83, III série, em 7 de Abril de 1962.

Encontra-se registada sob o n.º 30/85 na Direcção Geral da Segurança Social, com última publicação aprovada por despacho dos Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em 22/07/2014.

Tem por objectivos prioritários o desenvolvimento de actividades de protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho, bem como assistência a pessoas com deficiência.

Actualmente tem acordos com a segurança social para as valências de ERPI (com 2 acordos), Apoio Domiciliário e Centro de Dia, com a frequência em 31 de Dezembro de 93, 15, 11 e 14 utentes respetivamente.

Acessoriamente desenvolve também actividades silvícolas e agrícolas.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, de acordo com Decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-lei 98/2015 de 2 de Junho, portarias 218 e 220/2015 de 23 e 24 de Julho respetivamente e aviso 8259/2015.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização para as entidades do sector não lucrativo que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização para as entidades do sector não lucrativo.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do ano de 2017 são comparáveis em todos os aspectos com os valores do ano de 2016.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

a) Bases gerais de mensuração das demonstrações financeiras

a1) Ativos fixos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis referem-se a programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta e em conformidade com o período de vida útil estimado.

a2) Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta e em conformidade com o período de vida útil estimado.

a3) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos rústicos que se encontram arrendadas a agricultores.

As propriedades estão valorizadas de acordo com o seu valor matricial.

Os custos suportados com estas propriedades são reconhecidos como gastos do período.

a4) Inventários

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO como forma de custeio em sistema de inventário permanente.

Os activos biológicos consumíveis referem-se a árvores em crescimento para abate valorizadas de acordo com a fase de crescimento, sendo revisto, a cada 3/4 anos, e os de produção a árvores de fruto valorizadas ao custo de aquisição.

a5) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Créditos a receber – Encontram-se mensuradas pelo seu valor nominal, não vencem juros nem existem descontos.

ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros - Encontram-se mensuradas pelo seu valor nominal, não vencem juros e os descontos são residuais.

iii) Empréstimos – Encontram-se registados pelos valores em dívida.

iv) Caixa e depósitos bancários – Os montantes destas rubricas correspondem a:

- 500,00 € em caixa

- 77.502,15 € em depósitos à ordem

v) Investimentos financeiros:

Participação no capital da Cooperativa Agrícola de Souselas -3.397,65 €

Fundo de Compensação do Trabalho – 5.344,95 €

a6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e líquido de descontos.

b) Outras políticas contabilísticas

b1) Benefícios dos empregados

Encontram-se reconhecidos os gastos dos empregados referentes a férias e subsídios de férias do ano de 2017 a serem pagos no decorrer do ano de 2018.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações por parte da instituição.

d) Principais fontes de incertezas das estimativas:

As estimativas efetuadas têm um impacto bastante reduzido nas contas apresentadas e uma grande probabilidade de ocorrerem.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas efetuadas têm um impacto bastante reduzido nas contas apresentadas e uma grande probabilidade de ocorrerem.

3.4 – Correção de erros de exercícios anteriores

Não foram detetados erros que implicassem alterações às demonstrações financeiras.

4 – Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, sem revalorizações e deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta e em conformidade com o período de vida útil estimado, a saber:

Edifícios	- 50 anos.
Outras Construções	- 10 anos.
Equipamento básico	- entre 4 e 10anos
Equipamento de transporte	- 8 anos
Equipamento administrativo	- entre 5 e 16 anos
Outro ativo fixo tangível	- entre 8 e 20 anos

Jazigos – A Fundação é proprietário de um Jazigo no cemitério de Portunhos. O seu valor contabilístico líquido é de 834,00 euros e entendeu-se que o bem não deverá continuar a ser amortizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração nas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por natureza.

No corrente não foram efectuadas quaisquer alterações.

5 – Ativos intangíveis

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações, calculada pelo método da linha reta e de acordo com período de vida útil estimado entre 1 e 4 anos.

Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos intangíveis com vida útil finita

	Descrição	Programas de computador
1	Quantia bruta escriturada inicial	9.029,95
2	Amortizações acumuladas iniciais	7.658,39
3=1-2	Quantia líquida escriturada inicial	1.371,56
4=5-6	Movimento do período	-205,62
5	Adições em 1ª mão	621,64
6	Amortizações do exercício	827,26
7=1+5	Quantia bruta escriturada final	9.651,59
8=2+6	Amortizações acumuladas finais	8.485,65
9=7-8	Quantia líquida escriturada final	1.165,94

6 – Custo de empréstimos obtidos

Para fazer face a alguns investimentos, foi contraído em Março de 2014 um empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola de Cantanhede no valor de 300.000,00 € com prazo de 84 meses, sendo os 12 primeiros de carência. No final do ano o valor em dívida era de 167.073,56 €.

Com vista à obtenção de maior disponibilidade de tesouraria, efetuou-se em Maio de 2017, na CCAM, um empréstimo de 150.000,00 € com um prazo de 36 meses, tendo-se com esse valor liquidado o empréstimo de curto prazo realizado em Novembro de 2016 no valor de 70.000,00 €. O valor em dívida no em 31 de dezembro totalizava 121.620,05 €.

Os juros suportados no ano e levados a gastos do período totalizaram 9.754,22 €.

7 – Inventários

As matérias e materiais de consumo são registados pelo custo de aquisição, sendo utilizado o inventário permanente e o método FIFO como sistema de custeio.

Os activos biológicos de consumo referem-se a árvores em crescimento para abate e estão valorizadas de acordo com o valor actual, caso fossem abatidos à data, e os de produção encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Inventários iniciais	Compras	Reclassif. e regularização de inventários	Inventários finais	CMVCM
Ativos biológicos	34.936,86	155,30	25.000,00	60.092,16	
Géneros alimentares	1.082,41	148.374,26		2.879,07	146.577,60
Produtos de higiene e limpeza	5.578,95	69.483,84		6.951,85	68.110,94
Prod. enfermagem	4.439,69	17.653,29		5.194,03	16.898,95
Produtos higiene pessoal	1.915,39	30.131,51		1.064,01	30.982,89
Fertilizantes e produtos agrícolas		706,29			706,29
Total	47.953,30	266.504,49	25.000,00	76.181,12	263.276,67

8 – Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são reconhecidos segundo a sua natureza e de acordo com o período a que dizem respeito, independentemente do seu recebimento ou pagamento, utilizando-se o seu acréscimo ou diferimento sempre que os mesmos se repercutam em dois ou mais períodos contabilísticos, sendo mensurados de acordo com o valor recebido (a receber) ou pago (a pagar) respetivamente.

9 – Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões constituídas referem-se a dívidas de clientes que dificilmente serão recebidas na totalidade. Atendendo a que uma das dívidas foi considerada incobrável devido anterior falecimento do seu titular e agora do seu descendente direto, foi anulada a provisão que havia sido constituída em 2014.

Saldo inicial	14.040,96
Anulação/reversão	9.953,11
Reforço	
Saldo final	4.087,85

10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do governo

Os subsídios ao investimento são contabilizados pela sua totalidade na conta 593, sendo levados a rendimento do exercício na mesma proporção da amortização do activo beneficiário do subsídio. A contabilização é efetuada na conta 7883.

Subsídios ao investimento reconhecidos no ano

Conta	Designação	Saldo em 31-12-16	Valor Recebido	Valor Imputado	Saldo em 31-12-17
5932	MASES	91.567,52		2.130,63	89.436,89
5933	Painéis solares	21.921,39		5.480,36	16.441,03
5934	Carrinha 9 lugares - ADELO	4.624,50		4.624,50	0,00
5934	Obras - ADELO	14.461,53		321,37	14.140,16
5935	ERPI II – Câmara de Cantanhede	28.950,00	20.000,00	1.023,25	47.926,75
5936	Mobiliário - ADELO	13.291,24		2.848,13	10.443,11
5936	Carrinha SAD - ADELO	8.082,66		1.616,53	6.466,13
5937	Obras Capela - ADELO	22.992,29		480,67	22.511,62
5938	Fundo Socorro Social-Carrinha	6.500,88		1.083,33	5.417,55
5938	Fundo Socorro Social-snozelen	12.160,34		2.026,67	10.133,67
5938	Fundo Socorro Social-fisioterapia	26.559,11		3.586,53	22.972,58
Total		251.111,46	20.000,00	25.221,97	245.889,49

Os subsídios à exploração são contabilizados na conta 75, sendo de 821.314,74 euros da Segurança Social referente aos acordos celebrados para as valências e de 17.029,17 euros do IEFP de contratos CEI e medida Estimulo Emprego.

11 – Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros estão valorizados ao custo.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros			119.902,80	
Créditos a receber			31.377,40	
Outras contas a receber			10.523,25	
Outros ativos financeiros (Cx. e Depósitos)			78.002,15	
Passivos financeiros			646.699,31	
Fornecedores			59.396,95	
Financiamentos obtidos			288.693,61	
Outras contas a pagar			298.608,75	

Não existem dívidas da entidade superiores a 5 anos.
As dívidas à entidade superiores a um ano resultam de prestações de serviços, totalizam 7.297,70 euros e estão provisionadas em 4.087,85 euros.

Conforme referido na nota 6, estão em dívida à CCAM de Cantanhede dois empréstimos que totalizam 288.693,61 €. A dívida está a ser amortizada mensalmente de acordo com o plano de pagamentos.

12 – Benefícios dos empregados

12.1 – Número médio de empregados

Durante o ano de 2017, o número médio de empregados foi de 82.

Nº de funcionários em 31 de Dezembro

Nº de funcionários	Funções desempenhadas
1	Directora Técnica (Técnica Superior de Serviço Social)
1	Técnica Superior de Serviço Social
1	Contabilista Certificado
1	Escriturária
1	Encarregada de Serviços Gerais
1	Técnico Superior Animação Sociocultural
1	Terapeuta Ocupacional
5	Enfermeiros
44	Ajudantes de Acção Directa
1	Fisioterapeuta
3	Cozinheiras
5	Ajudantes de Cozinha
2	Lavadeiras
10	Trabalhadores Auxiliares
1	Operador de computador
1	Capataz Agrícola
2	Encarregado de Setor
81	

Em regime de prestação de serviços acrescem 2 médicos, 1 advogado, além de 1 Contrato Emprego Inserção através do IIEFP.

12.3 – Número de membros dos órgãos directivos.

Os órgãos directivos, constituídos por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Direção Executiva são constituídos por 3 elementos em cada um.

Em novembro tomaram poses os novos elementos dos Conselhos Fiscal e Administração com a seguinte constituição:

Conselho Fiscal

Presidente: Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede;

Vogal: Ivanildo Farias da Silva, Pároco da freguesia de Tentúgal; -

Vogal: Nuno Miguel Pessoa Caldeira, representante da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariga.

Conselho de Administração

Presidente: Alberto Manuel Ferreira Barreto, nomeado pelo Conselho Fiscal cessante;

Vice-Presidente: João Pedro Lopes da Silva, Pároco da Paróquia de Portunhos;

Vice-Presidente: Anabela da Costa Heleno Agostinho, em representação da União de Freguesias de Portunhos e Outil.

A Direção Executiva, sendo escolha do Presidente do Conselho de Administração com aprovação pelo Conselho Fiscal, apenas tomou posse em 1 de Fevereiro de 2018 com a seguinte composição:

Presidente – Alberto Manuel Ferreira Barreto;

Vogal – Helena Maria Adro Santos Rodrigues;

Vogal – Fernando dos Santos Nobre.

Apenas o vogal da Direção Executiva em funções durante o ano de 2017, senhor Jorge Gaspar, auferiu em regime de prestação de serviços uma compensação de 1.000,00/mês pelo cargo desempenhado.

14 - Agricultura

A instituição dispõe de uma área florestal composta à base de eucaliptos, pinheiros e carvalhos para abate e venda. As valorizações encontram-se efetuadas de acordo com a fase de crescimento, estando as árvores com crescimento mais lento ainda valorizadas ao custo de aquisição. As de crescimento mais rápido, depois de feita uma análise à fase em que se encontram, e estando previsto um corte em 2018 nas que se encontram em condições para isso, foram valorizadas em 25.000,00 €, reconhecendo assim o ganho potencial que se tem obtido com o seu crescimento.

Existem também ativos biológicos de produção, nomeadamente marmeleiros, que se encontram registados de acordo com o custo de aquisição.

Ativos biológicos em 31 de Dezembro

CONTA	PLANTAS DE CONSUMO	VALOR
371201	ÁRVORES ATÉ 31/12/2011	54.003,81
371202	EUCALIPTOS 2013	159,00
371204	PINHEIRO MANSO 2013	271,45
371205	CARVALHO AMERICANO 2013	2.135,73
371206	EUCALIPTOS 2014	360,00
371207	CARVALHO ALVARINHO	216,00
371208	EUCALIPTOS 2015	296,17
	PLANTAS DE PRODUÇÃO	
372201	MARMELEIROS - 2012	2.650,00

16 – Outras divulgações

As notas sem divulgação não têm aplicação na instituição.

Quadro Nota 5 - Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos tangíveis

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	287.316,80	3.355.414,58	476.039,81	229.270,01	106.808,31	31.390,10		4.486.239,61
2	Depreciações acumuladas iniciais		979.249,19	388.022,28	165.880,60	76.601,35	15.648,16		1.625.401,58
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
4=1-2-3	Quantia líquida escriturada inicial	287.316,80	2.376.165,39	88.017,53	63.389,41	30.206,96	15.741,94	0,00	2.860.838,03
5=5.1-5.2+5.3 a 5.6	Movimentos do período	0,00	-71.902,17	-1.560,96	-15.524,57	-7.386,03	6.227,94	0,00	-90.145,79
5.1	Total das adições	0,00	0,00	15.605,61	0,00	1.137,77	9.346,22		26.089,60
	Adições em 1ª mão			15.605,61		1.137,77	9.346,22		26.089,60
	Aq. através de conc. de act. empresariais								
	Outras aquisições								
	Estimativa de custos de desmantelamento								
	Trabalhos para a própria entidade								
	Acréscimo por revalorização								
	Outras								
5.2	Total das diminuições	0,00	71.902,17	17.166,57	15.524,57	8.523,80	3.118,28	0,00	116.235,39
	Depreciações		71.902,17	17.166,57	15.524,57	8.523,80	3.118,28		116.235,39
	Perdas por imparidade								
	Alienações								
	Abates								
	Outras								
5.3	Reversões de perdas por imparidade								
5.4	Transferências de AFT em curso								
5.5	Transf. de/para act. não correntes pl venda								
5.6	Outras transferências								
6=4+5	Quantia líquida escriturada final	287.316,80	2.304.263,22	86.456,57	47.864,84	22.820,93	21.969,88	0,00	2.770.692,24